



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003009-74.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **Banco Bradesco Financiamento S/A**
 Requerido: **Jair Francisco Santos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A propôs ação de busca e apreensão c/c pedido de liminar em face de **JAIR FRANCISCO SANTOS**. Alegou ter firmado com o requerido, em 06/11/2014, contrato de financiamento para a aquisição do veículo descrito na inicial, com cláusula de alienação fiduciária, no valor de R\$ 31.257,99, montante que deveria ser adimplido em 48 prestações de R\$ 1.022,47. Informou que o réu deixou de adimplir com sua obrigação em 10/12/2017. Houve notificação extrajudicial (fl. 30/31). Requereu a busca e apreensão do veículo, o pagamento integral da dívida no valor de R\$ 11.997,67 e a procedência da ação.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 5/45.

Deferida liminar às fls. 46/47.

Realizada a apreensão do bem e citação por hora certa do requerido, na pessoa de seu filho (fls. 62/63).

O réu veio aos autos e apresentou contestação (fls. 53/56). Efetuou o depósito do valor cobrado requerendo o reconhecimento da purgação de mora em sua totalidade com a restituição do veículo em seu favor. Juntou os documentos de fls. 57/59. Comprovante de depósito à fl. 71.

Manifestação sobre a contestação às fls. 65/68. O autor impugnou o depósito efetuado pelo réu, afirmando que o valor depositado não corresponde à integralidade da dívida. Reiterou os argumentos expostos em inicial, requerendo a consolidação da propriedade à requerente.

É o relatório.

Fundamento e decido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A ação de busca e apreensão tem procedimento especial regulado pelo Decreto-Lei 911/69, e visa à retomada do veículo alienado fiduciariamente. O proveito econômico obtido pela ação, portanto, equivale ao valor atual do veículo que se busca apreender, e não ao valor da dívida, já que não se trata de ação de cobrança ou de execução.

Em que pesem as alegações da parte autora, no mérito, é caso de homologar o reconhecimento do pedido por parte do réu. Com efeito, ele efetivou o depósito do valor integral da dívida, dentro dos termos legais e exatamente daqueles pleiteados pelo autor em inicial. Assim, dou por purgada a mora, tendo sido quitada a integralidade da dívida.

Se a parte ré reconheceu a sua inadimplência, depositando nos autos o valor devido, é caso de homologar o reconhecimento do pedido formulado pelo autor, extinguindo o processo com resolução de mérito. Nesse sentido:

AÇÃO COM PEDIDO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. PURGAÇÃO DA MORA. PROCESSO EXTINTO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO (Apelação Cível nº 0431007-0 (7346), 17ª Câmara Cível do TJPR, Rel. Lauri Caetano da Silva, j. 03.10.2007, unânime). A questão do valor necessário para *purga* da mora já foi superada pelo E. STJ, na ocasião do julgamento do REsp. 1.418.593-MS, apreciado na sistemática dos recursos repetitivos. A Corte Superior firmou a seguinte tese: **ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. DECRETO-LEI N. 911/1969. ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI N. 10.931/2004. PURGAÇÃO DA MORA. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE PAGAMENTO DA INTEGRALIDADE DA DÍVIDA NO PRAZO DE 5 DIAS APÓS A EXECUÇÃO DA LIMINAR.** 1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: "Nos contratos firmados na vigência da Lei n. 10.931/2004, compete ao devedor, no prazo de 5 (cinco) dias após a execução da liminar na ação de busca e apreensão, pagar a integralidade da dívida - entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial -, sob pena de consolidação da propriedade do bem móvel objeto de *alienação fiduciária*". 2. Recurso especial provido. (REsp. 1.418.593-MS, Rel. Min. Luiz Felipe Salomão).

O seguinte excerto extraído do voto do relator é de clareza ímpar:

Dessarte, a redação vigente do art. 3º, parágrafos 1º e 2º, do Decreto-Lei n. 911/1969, segundo entendo, não apenas estabelece que o devedor fiduciante poderá pagar a integralidade da dívida pendente, como dispõe que, nessa hipótese, o bem será restituído livre do ônus - não havendo, pois, margem à dívida acerca de se tratar de pagamento de toda a dívida, isto é, de *extinção* da obrigação, relativa à relação jurídica de direito material (contratual). Resta evidente, portanto, que a *purga* da mora demanda o pagamento integral da dívida, incluindo as parcelas vencidas e as vincendas (que se vencem antecipadamente), sob pena de se consolidar



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

nas mãos do credor a propriedade do bem alienado.

Em que pese a insatisfação do autor quanto ao valor depositado, **o réu efetuou pagamento do exato valor cobrado em inicial e dentro do prazo legal**, considerando a data da busca e apreensão do bem (fl. 63), efetuada em 06/04/2018, tendo sido o valor recolhido no dia 10/04/2018 (fl. 59). Desse modo, resta clara a purgação da mora por parte do réu.

Ante o exposto, julgo a presente ação **EXTINTA COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO**, nos termos do artigo 487, III, *a*, do CPC, homologando o reconhecimento do pedido, com a consequente *purga* da mora. Em consequência, revogo a liminar concedida. **Deverá ser devolvido o veículo e levantada a quantia pela parte autora**, nenhuma providência mais precisa ser tomada.

Com o trânsito em julgado desta decisão e **decorrido o prazo estabelecido pelo provimento 68/2018, do CNJ, expeça-se mandado de levantamento em favor do autor**, referente ao depósito efetuado em juízo (fl. 71) .

Condeno a parte requerida ao pagamento das custas e honorários, já que deu causa à propositura da ação, fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após o prazo, com ou sem resposta, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Com o trânsito em julgado e cumpridas as determinações, dê-se baixa e archive-se.

P.I.

São Carlos, 19 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**